

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.537.657 - SP (2019/0196849-0)

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE JUNDIAI

PROCURADORE : FABIANO PEREIRA TAMATE - SP218590

S

JULIANNA ALAVER PEIXOTO BRESSANE - SP234291

AGRAVADO : MARIA DO CARMO IORIO CARBONARI

AGRAVADO : FERNANDO IORIO CARBONARI

AGRAVADO : JOSE MARCOS IORIO CARBONARI

AGRAVADO : MARIA REGINA PINCKE CRUZ CARBONARI

ADVOGADOS : ANDRÉ NICOLAU HEINEMANN FILHO - SP157574

JONAS PEREIRA FANTON - SP273574

LUCAS GOMES DE AZEVEDO - SP375321

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MUNICIPIO DE JUNDIAI contra a decisão que inadmitiu o recurso especial fundado no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal.

Na origem, o contribuinte ajuizou ação judicial, a qual atribuiu o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) em setembro de 2014, objetivando o reconhecimento de que, sobre o imóvel em apreço, é devida a incidência de ITR ao invés de IPTU.

Após sentença que julgou procedente o pleito elaborado na exordial, foi interposta apelação pelo Município, que teve seu provimento negado pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, ficando consignado o entendimento de que o Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o recurso repetitivo n. 1.112.646/SP, consolidou o posicionamento de que não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana de município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial. O referido acórdão foi assim ementado, *in verbis*:

TRIBUTÁRIO APELAÇÃO AÇÃO ANULATÓRIA IPTU EXERCÍCIO DE 2010 MUNICÍPIO DE JUNDIAI Sentença que julgou procedente a ação. Apelo do Município. IPTU OU ITR O STJ pacificou o entendimento de que não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (REsp 1.112.646/SP Recurso Repetitivo) Apelante que demonstrou a destinação rural da propriedade Precedentes deste E. Tribunal de Justiça Município que, ademais, não comunicou a inclusão do imóvel na área urbana ao INCRA Obrigação que lhe incumbia, nos termos do Art. 53 da Lei Federal nº 6.766/79.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PLEITO DE REDUÇÃO POSSIBILIDADE Fixação na origem em R\$ 5.000,00 Valor que se mostra excessivo ao caso Redução para R\$ 3.000,00 Atendimento aos parâmetros

Superior Tribunal de Justiça

legais e às especificidades do caso concreto - Sentença reformada neste ponto
Recurso parcialmente provido.

Contra a decisão cuja ementa se encontra acima transcrita, o MUNICIPIO DE JUNDIAI interpôs recurso especial, apontando violação dos arts. 29, 30 e 32 do CTN e 20 do CPC/1973.

Sustenta, em síntese, que (i) o Município de Jundiaí possui legitimidade e competência para a instituição do IPTU em análise, tal como os Entes Municipais em geral, nos termos dos arts. 30, I e III, e 156, I, da Constituição Federal, razão pela qual, é devida a incidência do aludido imposto sobre imóveis localizados na área urbana municipal e que (ii) é devida a minoração dos honorários sucumbenciais fixados em desfavor do Município de Jundiaí em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

Apresentadas contrarrazões pela manutenção do acórdão recorrido.

Após *decisum* que inadmitiu o recurso especial, com base na Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça, foi interposto o presente agravo, tendo o recorrente apresentado argumentos visando rebater os fundamentos da decisão agravada.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante, além de atender aos demais pressupostos de admissibilidade deste agravo, logrou impugnar a fundamentação da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial interposto.

O Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o recurso especial repetitivo n. 1.112.646/SP, firmou entendimento de que não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana de município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966). *In verbis*:

TRIBUTÁRIO. IMÓVEL NA ÁREA URBANA. DESTINAÇÃO RURAL. IPTU. NÃO-INCIDÊNCIA. ART. 15 DO DL 57/1966. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC.

1. Não incide IPTU, mas ITR, sobre imóvel localizado na área urbana do Município, desde que comprovadamente utilizado em exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial (art. 15 do DL 57/1966).

2. Recurso Especial provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ.

(REsp 1112646/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2009, DJe 28/08/2009)

No que concerne à verba honorária, é irrefutável que o Tribunal de origem, ao analisar o conteúdo fático e probatório dos autos, consignou que o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) "atenderá aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, em arbitramento com equidade e sem

Superior Tribunal de Justiça

onerosidade excessiva aos cofres públicos."

Dessa forma, verifica-se que a irresignação do recorrente, acerca do montante dos honorários advocatícios, vai de encontro às convicções do julgador *a quo*, que tiveram como lastro o conjunto probatório constante dos autos. Nesse diapasão, para rever tal posição seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial. Incide na hipótese a Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a* e *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa parte, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de setembro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
Relator